



Imposto de Cadilhe tem reações diversas

PROPOSTA O antigo ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, sugeriu ontem, num debate no Parlamento, a criação de um novo imposto. Esta contribuição teria uma taxa de 4% e incidiria sobre as pessoas mais ricas. O DN/Dinheiro Vivo ouviu as reações à proposta.

Domingos de Azevedo

O bastonário dos técnicos oficiais de contas concorda "com o princípio de se tentar redistribuir o esforço fiscal por outras classes de cidadãos, que não apenas os trabalhadores por conta de outrem. Mas falta saber que critérios serão tidos em conta para se considerar uma pessoa rica, porque essa delimitação é que permitirá saber se este imposto cairia mais uma vez sobre a classe média ou não. Se a proposta tiver por objetivo taxar as grandes riquezas, concordo".

Octávio Teixeira

Para o economista e ex-dirigente do PCP, "a medida tem razão de ser porque a generalidade do património, excluindo as habitações, não é tributada. Apenas se tributa o património imobiliário, mas a riqueza que é detida em ações, obrigações, fundos de investimento, obras de arte, joias, essa não é tributada. No caso dos valores mobiliários, as pessoas que os detêm pagam uma taxa liberatória sobre o rendimento que obtêm (juros ou mais-valias), mas o património em si está excluído de tributação e devia ser sujeito ao pagamento de impostos. É nesta perspetiva de tributação de todo o património líquido que a proposta de Miguel Cadilhe é correta. Parece-me, no entanto, excessiva a taxa de 4% que é proposta".

Miguel Beleza

A primeira reação do ex-ministro das Finanças "é para discordar da medida. Já pagamos tantos impostos que gostava que novos agravamentos fiscais apenas fossem equacionados depois de esgotadas todas as outras soluções para equilibrar as finanças públicas. Teria de se ver muito bem se não há outras medidas que possam ser tomadas antes de se fazer mais um imposto cuja taxa me parece elevada. Além disso, não é fácil tributar joias ou obras de arte, porque não é fácil determinar o seu valor e saber quem as detém".

Jorge Santos

O professor do ISEG considera que "não é momento adequado para se avançar com uma medida dessas. Há que estudar melhor o impacto de um imposto sobre a riqueza, mas parece-me descabido tomar uma medida dessas neste momento. Não é o momento oportuno. A sociedade não está para aceitar mais um imposto".